

QUESTÕES PARA O ESTUDO DA ECONOMIA ANTIGA: NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO

Deivid Valério Gaia¹

RESUMO: Neste breve ensaio, o meu objetivo principal é levantar algumas questões no que tange o estudo da Economia romana; procuro pensar no próprio conceito de Economia Antiga, no seu funcionamento, na forma como a estudamos e alguns cuidados que devemos tomar. O objetivo é fomentar um pouco de discussão em torno do tema, que depois do advento da história cultural e da “crise” do marxismo, tem sido tão pouco estudado. Na primeira parte, apresento algumas considerações sobre o debate entre primitivistas e modernistas, sobre a questão das fontes, o conceito de economia para os romanos, e a importância do contexto. Na segunda parte, apresento discussões iniciais sobre a importância do espaço (geo-história) para o estudo das economias romanas.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Antiga, Império Romano.

ABSTRACT: In this brief essay, I intend to expose some questions concerning the Ancient Economy studies; questioning the concept of Ancient Economy itself, its workings, the way we study it and some cares we should have in its regard. My aim is fomenting some debate around the theme, which has been little studied after the advent of Cultural History and the Marxism “Crisis”. In the first part of the essay, I present some considerations concerning the primitivist and modernist debate, the sources problem, the concept of Economy for Romans and the importance of context. In the second part, I present initial discussions over the importance of space (geo-history) for the study of Roman economies.

KEYWORDS: Ancient Economy, Roman Empire

O mundo romano, da época republicana à imperial, por meio de um processo de integração de diversos territórios, “globalizou” o Mediterrâneo e o interior das terras criando uma prefiguração de “mercado único”, o primeiro da história do Ocidente. Este Império rompeu fronteiras geográficas e mentais, conquistou e transformou territórios antes inacessíveis. Mas, na condição de se premunir contra todo risco de anacronismo e de banir uma noção tão falaciosa como a de “modernidade”, não podemos ficar indiferentes ao nível então atingido de realização pragmática e de consciência, pelo menos implícita, do

¹ Doutorando em História e Antropologia da Antiguidade / História econômica e social do mundo antigo pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS - Paris e pela Universidade de São Paulo sob a orientação de Jean-Michel Carrié e de Norberto Luiz Guarinello. Membro do Centre Louis Gernet – recherches comparées sur les sociétés anciennes e do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano LEIR/USP-MA. Mestre em História e Antropologia da Antiguidade pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS - Paris, sob a orientação de Jean Andreau (diploma revalidado pela Universidade Federal de Ouro Preto UFOP). Bacharel em História com diplomas revalidados pela Universidade de São Paulo. Graduação iniciada na Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação de Renata L. B. Venturini e concluída na Université Paris 8, sob a orientação de Maria H. A. Carreira. E-mail : deivid.valerioGaia@ehess.fr / dvgaia@hotmail.com

funcionamento dos domínios da vida financeira, do cálculo econômico, da ferramenta monetária e dos avanços tecnológicos então atingidos pelos romanos².

Por um lado, no âmbito de uma economia pré-industrial bem mais competitiva e diversificada do que durante muito tempo se tentou apresentar, o crédito e a moeda tiveram papéis essenciais, mesmo tendo em vista que o crédito de investimento produtivo e seus suportes capitalistas modernos estivessem longe de ocupar o lugar que ocupam depois da Revolução Industrial. Dois exemplos recentemente apresentados ao conhecimento dos historiadores, como a organização do “comércio das Índias” e os grandes trabalhos ligados à extração mineral, são suficientes para mostrar que, para a realização de tais empreendimentos, exigia-se uma organização financeira de investimento durável que na Antiguidade eram insustentáveis pela historiografia.

De outro lado, têm-se as bases ideológicas da vida político-administrativa, que submetiam as elites locais a esforços financeiros que, frequentemente, criavam o recurso ao crédito, quando a riqueza patrimonial não era suficiente para manter o estatuto desta elite na cidade. Estas atividades de crédito (emprestar e pedir emprestado) eram, então, o campo básico da atividade financeira privada na cidade antiga, o empréstimo a juros estava ligado aos contratemplos da vida agrícola, ao investimento na agricultura (o desenvolvimento da arboricultura ou a conquista de novos territórios para exploração agrícola), ao investimento na vida política, à compra de imóveis, enfim, também aos excessos, ao luxo, assim como às mais diversas necessidades tanto dos homens ricos quanto dos pobres³. Sendo assim, as taxas de juros poderiam variar por um motivo ligado

² Em preâmbulo, cabe ressaltar que a maioria das ideias aqui expostas foi apresentada na minha dissertação de mestrado, arguida em junho de 2009 na École des Hautes Études en Sciences Sociales sob a orientação de Jean Andreau: GAIA, Deivid Valério (2009) : *Le taux d'intérêt et ses variations dans le monde romain, IIIe siècle av. J.-C. – IIIe siècle ap. J.-C.*, Paris, EHESS (dissertação de mestrado). Só foi possível refletir sobre as questões abaixo graças às discussões frequentes, prazerosas e ao mesmo tempo árduas que tive o privilégio de ter com Fábio Favarsani, Jean Andreau, Jean-Michel Carrié e Norberto Guarinello. Agradeço-lhes pelo incentivo e pela constante presença. Sou inteiramente grato aos meus caros amigos e colegas que se dispuseram a ler este artigo com rigor e carinho.

³ Refiro-me ao empréstimo de dinheiro praticado por homens especializados nesta atividade, os *feneratores* e não aos empréstimos dos banqueiros: *argentarii*, *coctores argentarii* e os *nummularii*, pois existia uma grande diferença entre os banqueiros e os emprestadores profissionais de dinheiro a juro. O que é um *fenerator*? É todo aquele que emprestava dinheiro a juros, independente do estatuto social (não podemos confundir o *fenerator* com o nosso agiota). Ao longo do tempo, a palavra *fenerator* passou a designar com facilidade o credor especializado

à conjuntura socioeconômica ou ligado a causas não econômicas, por influência das relações de amizade, das trocas de favores, da filantropia, etc. Dos diversos tipos de empréstimos existentes, tem-se testemunhos em uma documentação menos abundante e bem menos explícita do que desejaríamos, mas esta documentação é totalmente capaz de promover avanços consideráveis no conhecimento histórico se passar a receber toda atenção merecida por parte dos especialistas: uma documentação sensivelmente enriquecida pelas novas descobertas papirológicas e epigráficas que não foram levadas em conta pelos raros estudos existentes sobre o tema, dentre os quais o mais sólido data do fim do século XIX (BILLETER, 1898).

Ora, um elemento central do jogo financeiro é constituído pelas taxas de juros e pelas suas variações durante a época romana. Em outros contextos econômicos – e neste particularmente – as taxas de juros se apresentam como indicador de tendência fundamental para a vida financeira, e numa grande escala, para a vida socioeconômica em geral, já que a falta de controle por parte dos poderes públicos sobre as taxas de juros poderia causar revoltas e crises sem precedentes. As taxas de juros podiam até mesmo ser utilizadas como instrumento de política econômica submetida às flutuações da conjuntura e utilizadas para moderá-la. A este respeito, à primeira vista, a sociedade romana parece muito diferente da nossa, visto que as taxas de juros obedecem a determinações não somente econômicas, mas éticas (cívicas), o que faria delas algo mais fixo. No entanto, os fundamentos cívicos das taxas de juros na época romana não excluem de forma alguma a busca pelo lucro, mesmo excessiva, que não era menor do que nos dias atuais. Algo que é evidente, particularmente, nos períodos de crise⁴ – de liquidez de moeda, de produção econômica, ou sob a pressão fiscal – em que as

no empréstimo de dinheiro a juros, já na época de Catão (*Agr.* 1) ou ainda antes, a palavra *fenerator* passou a ter um sentido pejorativo. Existiam também mulheres especializadas no empréstimo de dinheiro, as *feneratrices*. Não se pode dizer que os senadores e cavaleiros eram *feneratores* profissionais, embora fossem também *feneratores* (mas não tinham essa atividade como profissão). Segundo Tácito, quando houve as acusações contra aqueles que prosperavam suas fortunas pelo empréstimo de dinheiro a juros (neste caso, são os *feneratores*), nenhum dos senadores podia se livrar de tais acusações. (*Tác. Ann.* 6,16).

⁴ Um exemplo deste tipo pode ser encontrado nas crises financeiras do fim da República romana ou na crise de 33 d.C. *Vide*: Andreau, 2001; Barlow, 1978; Billeter, 1898, p. 130-160; Gaia, 2009, p. 571-602; Nicolet, 1966, p. 360-385; Nicolet, 1971, p. 1202-1227.

taxas de juros se tornavam facilmente abusivas⁵, o que podia, aliás, acontecer também em situações de estabilidade global, pelo jogo de relações de dependência e de dominação social, pela necessidade imediata do empréstimo. Ora, para o historiador do mundo romano, todo o problema está na documentação; as taxas de juros só são explicitas quando correspondem às “taxas legais”. Quando eram ilegais (abusivas), a habilidade do credor consistia em camuflar as taxas de juros efetivamente praticadas, por meio de formas contratuais particulares como o empréstimo fantasiado em compra, ou acrescentando os valores em espécie e em natura. Para o historiador, estes casos, talvez os mais numerosos, são ao mesmo tempo os mais delicados de analisar, como também os mais ricos em contribuições aos estudos históricos de forma geral e, mais especificamente, para o estudo da vida financeira e econômica do mundo romano. Estes temas são os mais aptos a renovar as representações que nossos predecessores construíram sobre o mundo antigo.

Vistos os problemas que envolvem os estudos em história econômica, quando começamos estudar nos deparamos sempre com o problema metodológico. Como organizar esta documentação? Onde encontrá-la e como tratá-la? Qual modelo teórico deve ser seguido? Nem sempre é fácil, primeiramente, porque o grande problema para se estudar a Economia Antiga reside na falta de fontes. As fontes qualitativas são extremamente fragmentadas e um novo estudo quantitativo de qualidade se apresenta quase impossível. Sem contar as dificuldades apresentadas pelo vocabulário técnico das fontes que se referem às questões ligadas à venda, à compra, à produção, etc. Inúmeros são os problemas para o estudo das questões econômicas no mundo antigo. Neste texto, o meu objetivo principal é apresentar questões bem gerais relativas ao estudo da Economia Antiga para fomentar a discussão em torno do tema. Não pretendo responder as questões acima, mas procurar pensar no próprio conceito de Economia Antiga, de seu funcionamento e na forma como a estudamos.

No estudo da Economia Antiga, há mais de dois séculos existem duas tendências opostas: os “modernistas” e os “primitivistas”. Os primeiros procuram

⁵ Para evitar qualquer tipo de interpretação anacrônica, prefiro não falar em taxas de juros usurárias como se fala hoje. Prefiro falar em taxas de juros abusivas ou exorbitantes. Em oposição à expressão latina *minimae usurae* para caracterizar as baixas taxas de juros, falarei em *magnae usurae* para caracterizar as altas taxas de juros.

os sinais mais modernos da Economia Antiga e tentam minimizar as diferenças que existem entre ela e a economia dos séculos XIX e XX. Conscientes das diferenças que separam estas economias, tentam explicar porque não houve, em Roma, uma Revolução Industrial. Eles estão convencidos de que a “modernização” e a Revolução Industrial poderiam ter se desenvolvido na Antiguidade. Já os “primitivistas”, ao contrário, escrevem que a Economia Antiga tinha limites intrínsecos que bloqueavam o desenvolvimento de qualquer tipo de Revolução Industrial. Insistindo na existência de um abismo nos seprando da Antiguidade, estimam que esta teria chegado ao seu mais alto grau de desenvolvimento.

Este debate foi inicialmente chamado de “Bücher-Meyer Controversy”, e adotava uma visão evolucionista da história do Ocidente. Logo depois, o debate foi alimentado por Rostovtzeff (modernista)⁶, e na década de 1980 por Moses Finley e seus discípulos (primitivistas)⁷. O debate deu lugar a numerosos trabalhos e as conclusões foram bem diversas. Em minha opinião, seria conveniente, hoje, tomar distâncias em relação a este debate e abordar a História Antiga a partir de outras perspectivas, com interrogações que possam explorar a documentação de outra forma, sendo que existem várias formas que ainda não foram exploradas e que merecem atenção do historiador, para ultrapassar este debate exaurido.

Com relação aos fenômenos econômicos, estes podem ser estudados a partir de duas vertentes: em suas realidades objetivas, tais como se manifestaram no espaço e no tempo, ou em suas realidades subjetivas, tais como foram representadas. E isso depende muito da forma como cada um de nós, leitores do passado, os sentimos, os compreendemos, os exprimimos, ou seja, em termos de representações. A primeira forma explica o mundo e a razão de ser dos fenômenos econômicos, as formas pelas quais se apresentam, as leis que os governam, mas é difícil de ser estudada quando se refere à economia romana. A segunda forma se ocupa das atitudes e dos julgamentos que constituem e alimentam os aspectos da civilização relativos à vida econômica. Esta segunda vertente contribui para explicar os fenômenos históricos, e isso depende do peso que se atribui às mentalidades ou às representações.

⁶ Rostovtzeff, 1988.

⁷ Finley, 1979; Finley, 1973.

No estudo da economia grega e romana, como no estudo de outras civilizações, tudo o que se refere à produção, ao comércio, ao crédito, etc. se apresenta para nós de maneira obscura, e isto impede que se tenha uma visão nítida dos elos que ligam entre si estes fenômenos de aparência heterogênea. Na documentação antiga, as informações quantitativas são raras⁸, as informações qualitativas⁹ são fragmentadas e, muitas vezes, insuficientes para fornecer um quadro completo e detalhado do movimento econômico. As fontes ditas “da vida prática”, ou seja, os arquivos financeiros, tabuinhas de banqueiros, etc., desapareceram em sua maioria. Neste sentido, os estudos quantitativos se revelam bem reduzidos e insuficientes para o estudo da Economia Antiga sem a lupa de uma análise qualitativa rigorosa. Os preços, por exemplo, são um dos aspectos econômicos mais difíceis a serem estudados, por causa, substancialmente, da falta de documentação quantitativa.

Nas fontes transmitidas, que são tributárias dos contextos nos quais foram concebidas e conhecidas, cada personagem deixou nos seus testemunhos um pouco de seus pré-conceitos, que são variáveis segundo a condição política, o tempo, o espaço, o sistema filosófico e as referências culturais de quem produziu o documento histórico. O importante é que todos estes “pré-conceitos” permitem conhecer alguns elementos da mentalidade de um certo grupo social (aquele que produziu a fonte em questão) e dão uma ideia mais precisa das relações sociais estabelecidas entre os diferentes grupos, embora a visão das elites seja a mais

⁸ Entendo por estudos quantitativos, aqueles que são caracterizados pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações das fontes, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas: percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, dentre outras. O estudo das informações numéricas pode parecer muito perigoso para o estudo da Economia Antiga.

⁹ Já os estudos qualitativos são caracterizados pelo não emprego da quantificação (embora não a exclua), ou seja, deixa de considerar, prioritariamente, um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas. No caso do estudo da Economia Antiga, o estudo qualitativo está ligado à escrita de uma história que preze pela análise do contexto histórico, uma história que faça idas e vindas no contexto para se entender o tema estudado. Uma história que emprega o método comparativo, analisando outros períodos históricos que apresentem problemas que tenham traços semelhantes com aqueles que ela estuda. O estudo qualitativo também se foca no conhecimento das teorias, dos modelos e tem como base um questionário bem formulado, para que o historiador faça questões definidas e oportunas às fontes, porque de si só as fontes não falam muita coisa. O estudo qualitativo também procura ter um enfoque indizível, ou seja, estudar o não explícito, estudo atento das informações encontradas nas entrelinhas dos documentos históricos. O enfoque dizível também é extremamente oportuno para que o historiador conheça previamente o mundo no qual a fonte foi concebida e constituída – o estudo do contexto.

repercutida nas fontes antigas. É por isso que acredito que o estudo qualitativo das relações financeiras e da conjuntura econômica se apresente como o método de estudo mais oportuno para o estudo das questões econômicas, embora não possamos nunca abandonar a análise quantitativa, a elaboração de catálogos exaustivos (ou não) para o estudo de um tema definido, pois só assim conseguimos cruzar as informações contidas nas fontes e escrever uma história que explore todos os *corpora* documentais. Fazendo isto, podemos evitar erros graves de interpretação ou escrever a história a partir do testemunho de uma só fonte, o que ajuda a evitar as generalizações, que muitos historiadores ainda cometem, como quando escrevem que tal fenômeno histórico se passou de tal forma a partir da análise de um único testemunho, pois mesmo que outros existam, mas não foram procurados com a devida insistência. Pois um vício ruim entre os historiadores da Economia Antiga é citar indiretamente as fontes encontradas a partir da historiografia, ou seja, falta a leitura das próprias fontes para encontrar coisas novas. Hoje, temos uma abundância de releituras que, embora sejam sempre importantes, não deve ser o essencial.

Seja qual for o lugar que se conceda à economia no mundo antigo, a investigação propriamente econômica deve, necessariamente, se apoiar sobre o contexto político, social e cultural. A economia não é, de forma alguma, independente; muito pelo contrário, sem levar em consideração o contexto, é impossível compreender o funcionamento da vida econômica. Não se pode compreender os fenômenos históricos sem observar múltiplas vezes tudo o que se acerca do tema estudado. Como entender, por exemplo, o papel econômico dos senadores e cavaleiros sem conhecer o funcionamento de suas carreiras, sem levar em conta as hierarquias sociais e a antropologia do comportamento aristocrático? Lembremos do que Jean Andreau escreveu sobre a importância do contexto social e político para compreender o fenômeno econômico no mundo antigo: “*L’analyse économique est comme le résultat final d’une enquête qui doit faire des détours du côté de l’histoire sociale et politique*” (ANDREAU, 1997, p. XX). Em Roma, a vida econômica não constitui um setor distinto da vida política, que se desenvolveria fora das intervenções dos poderes públicos, segundo suas próprias leis. Separar a vida econômica da vida política é um ato ingênuo e pouco

rigoroso. Segundo Claude Nicolet, a vida econômica em Roma é somente um dos aspectos da vida política: “*elle se nourrit en tout cas de sa complicité*” (NICOLET, 1966, p. 375).

Também é necessário levar em conta que as economias antigas, eram históricas, pré-industriais e não capitalistas, mas nem por isso elas se confundem com a economia da China, do Islã medieval ou da Idade Média Ocidental. É importante continuar a procurar as questões específicas, antropológicas, pois é a partir destas questões que a comparação econômica poderá ser efetuada no seu mais alto nível, e enriquecer o conhecimento sobre a história econômica da antiguidade e do mundo (ANDREAU, 1997, p. XX).

Os romanos não deixaram tratados sobre a contabilidade, os bancos e sobre o comércio. Eles não escreveram reflexões gerais sobre a economia (se escreveram, estas não chegaram até nós). Nestas condições, nos perguntamos, frequentemente, como o pessoal encarregado das finanças era formado? Na República, os magistrados que eram oficialmente responsáveis pelos negócios financeiros eram, em sua maioria, muito ignorantes com relação às finanças. Por isso é necessário levar em conta que a formação do homem romano estava mais voltada para a retórica, a filosofia, a história, a literatura e para a filologia. Nas grandes escolas de direito de Beirute e mais tarde nas escolas de Constantinopla, nem a contabilidade, nem a economia foram identificadas como disciplinas (NICOLET, 1988, p. 123-124).

De modo geral, as finanças eram confiadas a jovens magistrados no início de carreira, os questores. Já a gestão do tesouro estava sob a responsabilidade de escribas profissionais, de relativa baixa extração, algumas vezes libertos. Seus conhecimentos com relação à vida financeira eram adquiridos, muito provavelmente, pela prática, porque foram à escola com os seus mestres ou porque aprenderam estas questões na casa do mestre. Durante o Principado, as grandes decisões que tocavam a economia, de ordem fiscal ou monetária, eram tomadas pelo Príncipe e pelo seu conselho. Raramente eram debatidas no Senado. Até o Principado de Adriano, o responsável pelas finanças do Príncipe era, de modo geral, um liberto da casa imperial (NICOLET, 1988, p. 123-125).

Talvez existissem pessoas experientes às quais o Príncipe recorria para resolver questões econômicas, como as finanças do Estado e a circulação monetária. Um exemplo deste tipo é o de Nerva, amigo de Tibério, que se suicidou porque Tibério não ouviu seus conselhos e restabeleceu uma antiga lei de César. Acredito que foram graças às reflexões financeiras deste mesmo meio de conselheiros econômicos que Tibério colocou a lei em vigor e que depois emprestou dinheiro sem taxas de juros para aumentar a circulação monetária (Gaia, 2009, p.571-602).

Assim, acredito que para o mundo antigo não se pode falar em economia romana da mesma forma que a concebemos hoje, visto que os antigos não conheciam a noção de economia na sua globalidade, na sua unidade. Falamos em “Economia Antiga” para que as coisas sejam mais inteligíveis, mas não podemos pensar que o conceito de economia tal como é hoje seja similar à economia da Antiguidade; são realidades totalmente diferentes e devem ser analisadas de forma a evitar o anacronismo. Jean Andreau defende que os romanos possuíam uma noção não teorizada de um sistema financeiro que se estendia ao conjunto da circulação monetária e das operações financeiras: *“les Romains avaient conscience d’un système de relations financières fonctionnant de façon autonome, à la manière d’un mécanisme, et qu’il fallait réamorcer en cas de dysfonctionnement”*. Andreau acrescenta que a noção explica alguns aspectos da ação dos poderes públicos, notadamente em casos de “crise” de pagamento e de “crise” de endividamento. Em tempo normal, a tendência dos poderes públicos era a de não intervir (ANDREAU, 2001, p. 201-202).

A consciência de um sistema financeiro transparece também na forma pela qual os autores antigos evocam as crises financeiras. Como, por exemplo, a crise de 49 a.C., que eclodiu por causa de questões políticas, provocando, assim, a escassez de moeda em circulação, dificuldades para os devedores pagarem suas dívidas, a alta das taxas de juros e a baixa do preço da terra e dos imóveis. Esta consciência de um sistema financeiro pode ser vista na passagem de Suetônio e de Dion Cássio sobre a entrada dos tesouros dos reis do Egito em Roma, logo após a Batalha do Ácio (Suet. *August.* 41, 2). Pode-se ver, segundo Claude Nicolet e Julien Guey, que Suetônio era consciente dos efeitos que a maior circulação de

moedas podia provocar na Economia romana (NICOLET, 1971, p. 1202 ; GUEY, 1966, p. 472). Para Andreau (2001, p. 202), o ponto de vista de Suetônio é mais financeiro do que econômico.

Os três elementos mais importantes para os autores antigos neste jogo financeiro são: 1) A abundância ou a rarefação de moedas disponíveis, que fazem parte das moedas cunhadas pelo Estado. 2) As taxas de juros que sobem quando as moedas em circulação se tornam mais raras e abaixam quando são mais abundantes. 3) Os preços das terras, cuja variação é inversamente proporcional às taxas de juros.

Para os autores antigos, quando o fluxo monetário circula normalmente, há uma certa *fides*, palavra que, neste contexto, pode ser traduzida por confiança, crédito. Esta *fides* às vezes é qualificada de *publica*, mas neste caso, *publicus* não tem ligação com o Estado, mas está ligado à coletividade, ao conjunto da vida social. Os romanos conheciam a palavra “economia” de origem grega, sob a forma do plural neutro *œconomica*; mas a conheciam, assim como os gregos, em um sentido restrito, ou seja, relativo a tudo que toca a fortuna pessoal, como administrar e como prosperar. Além disso, para os romanos, existia uma “economia” no sentido factual: produzia-se, trocava-se (às vezes, procurando o lucro, por exemplo, com o empréstimo de dinheiro) e consumia-se uma quantidade considerável de coisas.

O espaço e as economias romanas

Acredito que, para se estudar a Economia Antiga, é necessário levar em consideração as características geográficas nas quais as fontes foram concebidas, de modo a buscar entender como funcionavam alguns setores da Economia romana nas várias regiões do Império, para saber, por exemplo, se existiam redes de comunicações que “controlavam” ou ligavam diversos tipos de preços, concorrência, produção, exportação, importação, etc. Visto que o Império Romano ia muito além do mundo das cidades, cada qual isolada e diretamente ligada a Roma, pois é óbvio que existiam trocas econômicas no campo que se diferenciavam substancialmente daquelas feitas na cidade e que em cada lugar

tinha-se um sistema econômico diferente. A preocupação com as características geográficas e culturais nos mostra as diferenças entre as diversas economias, já que não existia uma economia romana, mas várias.

Na metade do século XX, Marc Bloch definiu a história como o estudo do homem no tempo, pois ele tinha como objetivo o estudo das transformações, evoluções e permanências do homem em um momento em particular (BLOCH, 1967). Logo após, Lucien Febvre se propôs a estudar não mais o homem no tempo, mas as interações dos homens no tempo e no espaço (FEBVRE, 1922). Seria interessante pensar a Economia romana a partir da perspectiva de Febvre, e assim analisar os processos de transformações, de evoluções, de rupturas e de permanências do homem e de suas instituições no tempo e no espaço. Com relação ao espaço, o mestre Fernand Braudel é um dos modelos teóricos e metodológicos mais importantes (BRAUDEL, 1966), pois leva em consideração que o “espaço” e o “tempo” são conceitos de importância perfeitamente equivalentes e tal perspectiva nos ajuda a conhecer um pouco sobre as características das economias romanas além das fronteiras da região da *Urbs* e como elas tinham características próprias seguindo os costumes locais, diferenciando-se substancialmente uma das outras. Tendo este cuidado, não veremos mais uma economia do mundo romano, mas diversas economias que assumiam características diferentes em um mundo que não era nada homogêneo.

Durante muito tempo tem sido costumeiro ver a economia das grandes cidades, por exemplo, a de Roma, como a economia do Império, mas isto é totalmente falso; tal perspectiva ignora toda as riquezas e as diferenças que encontramos nas fontes. Por isso insisto na necessidade do estudo geo-histórico para que possamos conhecer estas diversas economias romanas. Por exemplo, para o estudo das taxas de juros e do preço do dinheiro, o estudo das fronteiras geográficas e culturais que separam as regiões é extremamente importante para se entender seu funcionamento, pois se em uma cidade os juros “não” variavam, na cidade vizinha os juros obedeciam ao jogo existente entre a oferta e a procura e podiam variar muito.

Que tipo de fronteira socioeconômica separavam estas cidades? As reflexões desenvolvidas por Norberto Guarinello sobre fronteira, interação e

ordem, no espaço onde Roma exerceu seu poder, são de suma importância para pensar tanto os fenômenos geo-históricos como os sociais, econômicos, políticos e culturais¹⁰. Como a economia não era um setor distinto dos outros, tal perspectiva é muito importante e nos ajuda a rever ideias tidas como óbvias, que caíram no senso comum, mas que na verdade enganam e são muito mais complexas do que pensamos; como a própria ideia de Mediterrâneo, de mercado, de economia romana, etc. O estudo da ordem, da interação e das fronteiras cognitivas, conceituais, nos leva a ver a Economia romana com outros olhos.

Para Guarinello, é primordial pensar nas fronteiras políticas e culturais que determinaram, no tempo e no espaço, o sentido e a intensidade dos fluxos dentro do Mediterrâneo. Pois tal Império é, na longa duração, uma ordem que se institui no tempo, uma ordem em constante mutação – conflituosa e integradora. “Por ordem entende-se não um comando, uma força aplicada pontualmente, mas uma ordenação da vida, que se dá e se reproduz no tempo e no espaço”. Ordem é um espaço de consenso assumido, de cooperação, mesmo em um ambiente altamente competitivo ou conflitivo – como no caso no ambiente da economia das grandes cidades. A ordem sempre existe em um espaço determinado e em cada lugar ela tem as suas próprias características. Não existe uma ordem e nem uma economia, mas várias.

A ordem é composta por todas as dimensões da realidade que são efêmeras, como as estruturas materiais, as instituições, as crenças, as relações estabelecidas, a tecnologia, o conhecimento, as práticas cotidianas: estas são as fronteiras cotidianas da ação social. Na tentativa de estudar o conceito de fronteira (aqui fronteira não é a separação entre estados, mas um campo metafórico mais amplo) e das próprias fronteiras do conceito, Guarinello se centra na ordem romana como parte de um processo de integração. Assim, toma como primeira fronteira a própria natureza, que deve ser dominada e apropriada para que uma comunidade humana possa sobreviver e reproduzir-se acumulando, a cada dia, o trabalho morto (a experiência). Comunidade humana é a segunda fronteira e

¹⁰ GUARINELLO, Norberto Luiz: *Les frontières du concept: l'Histoire et l'Histoire Ancienne / Les frontières conceptuelles de l'Histoire Ancienne: un regard de l'Extrême Occident*. Conferências apresentadas na École des Hautes Études en Sciences Sociales e na Université Paris Est. Janeiro de 2009. GUARINELLO, Norberto Luiz: *Mediterranean Identities*. Conferência apresentada na Universidade de Leicester. Março de 2010. Sou grato ao autor por ter-me permitido ler seus artigos que ainda não foram publicados.

trabalho morto é a terceira fronteira. A junção destas três fronteiras parciais é a fronteira do poder. É este poder (a junção das fronteiras) que regula a cooperação e a competição interna em cada comunidade. Assim, a ordem é a comunidade e esta, por sua vez, modifica a ordem através da negociação de fronteiras. Cada comunidade (que é a ordem) representa uma fronteira política, econômica, social e cultural. Para Guarinello, é com fronteira de múltiplas faces, e com múltiplas densidades, que cada comunidade se defronta com as outras e com elas se integram, ou não. A partir destas ideias, podemos pensar nas diferenças entre as economias do mundo romano, pois algumas comunidades se integravam muito bem com as outras, criando redes econômicas similares, já outras viviam isoladas, eram quase autossuficientes ou mantinham pequenos contatos intercomunitários. Com isto, todo processo de integração entre as diversas comunidades mediterrâneas ou aquelas do interior das terras, são fronteiras de negociação, de cooperação, de conflito ou de isolamento. As fronteiras intercomunitárias são fronteiras de trocas, de movimentos de bens, de informações, de quadros culturais e de homens num amplo ou num pequeno território. Os interesses em comum facilitam a troca e de certa forma criam economias com características parecidas, construídas para suprirem uma necessidade local ou regional, sendo algumas mais desenvolvidas ou mais fortes do que as outras. Já os interesses divergentes tornam as fronteiras zonas de guerra, violência, motim, concorrência, rebelião.

A abordagem geo-histórica e antropológica é primordial para se estudar a Economia Antiga, porque nem todas as regiões, províncias e meios sociais estavam no mesmo nível de desenvolvimento (não quero colocá-los em níveis hierárquicos, mas ressaltar as diferenças). As economias litorâneas eram, de modo geral, mais prósperas do que as economias das regiões no interior, e tanto a economia do interior quanto a economia litorânea eram diferentes da economia das montanhas. Não existia uma economia a duas velocidades, dualista, mas existiam diferenças nos modos de ver e conceber a administração das coisas privadas e públicas, na forma de produzir e vender o produto, algumas ligadas às tradições locais e outras mais globalizadas. Por isso insisto que a perspectiva antropológica, histórica e geográfica, a partir de uma análise qualitativa e

comparativa das fontes se revela como o melhor método para se pesquisar a Economia Antiga.

Portanto, é a partir destas pequenas reflexões que estão sempre em desenvolvimento que procuro pensar a Economia Antiga, com base em um método comparativo, qualitativo e interdisciplinar. Tendo sempre em vista que o estudo de tal disciplina exige a reunião de conhecimentos, de aptidões e de métodos pluridisciplinares: uma formação de base com relação às ciências da Antiguidade (línguas latina e grega, epigrafia, papirologia, direito e numismática, etc.), uma aptidão a ler e a interpretar as diversas tipologias textuais e documentárias (textos literários, jurídicos, inscrições, documentos de arquivos, etc.); uma cultura histórica geral bem diacrônica, permitindo desenvolver um comparativismo prudente e fecundo; uma familiarização com os conceitos e categorias históricas e econômicas. O confronto destas aptidões é a condição necessária para retomar, sob novas interpretações e aparatos teórico-metodológicos, o estudo de alguns aspectos que a especialização disciplinar impediria de tratar em sua complementariedade, como se vê na bibliografia mais antiga.

Bibliografia

ANDREAU, Jean. *Patrimoines, échanges et prêts d'argent: l'économie romaine*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1997.

ANDREAU, Jean. *Banque et affaires dans le monde romain : IV^e J.-C. – III^e siècle ap. J.-C.*, Paris: Le Seuil, 2001.

BARLOW, Ch. T. *Bankers, Moneylenders and Interest rates in the Roman Republic*. Ann Arbor-London: University Microfilms International, 1978.

BLOCH, M. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Paris: Colin, 1967.

BILLETER, G. *Geschichte des Zinsfusses im griechisch-römischen Altertum bis auf Justinian*. Leipzig: B.G. Teubner, 1898.

BRAUDEL, F. *La Méditerranée et le monde méd.à l'époque de Philippe II*. Paris: Colin, 1966.

FEBVRE, L. *La Terre et l'évolution humaine*. Paris: Albin Michel, 1922.

FINLEY, Moses I. *The ancient economy*. London: Chatto & Windus, 1973.

FINLEY, Moses I. (org.). *The Bücher-Meyer Controversy*. New York: Arno Press, 1979.

GAIA, Deivid Valério. Abundância de liquidez e crise financeira em Roma: questões jurídicas e econômicas em torno das taxas de juros na época de Augusto e de Tibério. *História*, v. 28, n. 2, 2009, p. 571-602.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Les frontières du concept: l'Histoire et l'Histoire Ancienne / Les frontières conceptuelles de l'Histoire Ancienne: un regard de l'Extrême Occident*. Conferências apresentadas na École des Hautes Études en Sciences Sociales e na Université Paris Est. Janeiro de 2009.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Mediterranean Identities*. Conferência apresentada na Universidade de Leicester. Março de 2010.

GUEY, Julien. De L'Or des Daces (1924) au livre de Sture Bolin (1958). In: *Mélanges Jérôme Carcopino*. Paris: Hachette, 1966, p. 445-475.

NICOLET, Claude. L'ordre équestre à l'époque républicaine (312-43 av. J.-C.). Paris: Boccard, 1966.

NICOLET, Claude. Les variations des prix et la "théorie quantitative de la monnaie" à Rome, de Cicéron à Pline l'Ancien. In: *Annales (ESC)*, 26, 1971, p. 1202-1227.

NICOLET, Claude. *Rendre à César: économie et société dans la Rome antique*. Paris: Gallimard, 1988.

ROSTOVITZ, Michel Ivanovic. *Histoire économique et sociale de l'Empire romain*. Trad. par DEMANGE, Odile, introduction, chronologie, bibliographies établies par ANDREAU, Jean. Paris: Robert Laffont, 1988.

